

# Boletim sobre o processo político em Moçambique



Número 48 – 2ª parte - 22 de Fevereiro de 2011

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Tradução de: Maria de Lourdes Torcato

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

## Publicado por CIP e AWEPA

CIP, Centro de Integridade Pública  
Rua Frente de Libertação de Moçambique (ex-Pereira do Lago), 354, r/c  
(CP 3266) Maputo  
Tel: +258 21 492 335, 82 300 33 29  
www.cip.org.mz  
cip@cip.org.mz

AWEPA, Parlamentares Europeus para a África  
Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo  
Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626  
Fax: +258 21 418 604 e-mail: awepa@aweпа.org.mz

## Planos exagerados alimentados por secretismo e especulação

O desastre da Procana devia ser um aviso acerca de negócios envolvendo grande investimento, cozinhados em segredo. A Procana foi uma tentativa da *Central Africa Mining* para entrar na produção de etanol a partir do açúcar. Na base de ter obtido 30 000 hectares em Massingir, angariou 13 milhões de US\$ de investidores, mas prometeu investir 500 milhões de US\$ (a maior parte deles provenientes de empréstimos).

O projecto não tardou em ficar atolado em problemas. Usava água que os produtores de arroz queriam, tirou terra de camponeses locais, em particular terra de pastagem, e as comunidades locais opunham-se a eles. Além disso, foi dada à Procana terra que tinha sido reservada para reassentar pessoas que vinham do Parque Transfronteiriço do Limpopo. A proposta de projecto assumia que a Procana conseguiria elevadas colheitas de cana de açúcar para transformar e produzir quatro vezes mais etanol que qualquer outro produtor em Moçambique, o que era nitidamente irrealista. Em dois anos a companhia só abriu 125 hectares e a seguir, em 2009, retirou-se, voltando para o negócio das minas e deixando o governo com uma batata quente nas mãos.

Em *Rising Global Interest in Farmland*, o Banco Mundial reporta que no caso da Procana “embora com poucos benefícios materializados, a população local perdeu acesso à floresta especialmente para lenha, carne de caça e peixe. O investidor usa o abastecimento de água local e as estradas, sem compensação; afecta assim negativamente as mulheres que procuram água.”

Como é que Moçambique deu 30 000 ha a um investidor sem verificar a viabilidade da proposta e sem prever o potencial de conflitos de terra e água? O Governo não se pronuncia. Mas um estudo

## Número 48 – 2ª Parte

independente de propostas de terra comentava sobre a “pobreza de detalhes técnicos e financeiros da informação apresentada ao Governo.” Apesar da falta de detalhes, as propostas são aceites. Foi salientado que 5% da Procana eram propriedade de moçambicanos e agora funcionários séniores insinuem que o projecto foi empurrado por pessoas com poder.

Os críticos defendem que o sistema moçambicano encoraja especulação e corrupção por causa do custo insignificante da terra e das concessões. Isso facilita conseguir terra na base de uma proposta vaga e a esperança de obter dinheiro mais tarde.

É muito difícil verificar porque as propostas são secretas, mesmo depois da terra ser atribuída. O Banco Mundial salienta que isto não é necessário. No seu relatório *Rising Global Interest in Farmland*, o Banco cita o exemplo do Peru: “Quando um investidor manifesta interesse em terra do estado, pede-se ao investidor que apresente um plano de negócios a um conselho de especialistas dos

sectores público e privado. Se o projecto é considerado viável, a proposta é publicada durante pelo menos 90 dias, para permitir a outros investidores fazerem ofertas. Se algum investidor se apresenta, é iniciado...o processo de concurso público. Se mais nenhum investidor mostra interesse, o investidor inicial pode avançar.”

Pode Moçambique vir a considerar a publicação de propostas e convidar contra-propostas?

## As comunidades ganham pouco

Até agora, as comunidades locais têm ganho pouco com os investimentos em agricultura e florestas avaliados em milhões de US Dólares, instalados nas suas áreas. Isto reflecte em parte o arranque lento e a planificação pobre das propostas mais especulativas, mas reflecte também a natureza dos acordos.

A principal solicitação das comunidades locais é para empregos e alguns têm sido criados, na ordem de mais ou menos um emprego de salário mínimo por cada 5 hectares, normalmente a 65 meticais (2 US\$) por dia. Mas o Banco Mundial em *Rising Global Interest in Farmland* avisa que o salário mínimo em Moçambique “não é suficiente para compensar a perda de modo de vida.”

Muitos projectos envolvem famílias que têm de se deslocar para a área do investimento e por vezes há apoio e compensação, apesar desta nem sempre ser muito generosa.

Além disto, as comunidades só beneficiam dos projectos da responsabilidade social corporativa como poços, postos de saúde, etc. Isto pode ser oferecido para conquistar o acordo da comunidade no contrato inicial, mas habitualmente não há nenhuma promessa de continuidade do apoio – quem repara a bomba quando ela precisa de peças?

Para os investidores há problemas e custos, em particular relativos à falta de infraestruturas em Moçambique. Muitos citam problemas de burocracia, incluindo queixas repetidas de pequena corrupção, de tal maneira que por vezes o investidor não sabe o que é suborno e o que é um custo genuíno. E há ainda o custo de ter de oferecer acções e empregos aos dirigentes da Frelimo ou seus familiares. É o factor “chatear”.

Alguns projectos, nomeadamente açúcar e vegetais, esquemas de colheitas por contrato em que os produtores locais abastecem a fábrica de processamento do investidor, e isto parece ser popular e promover desenvolvimento local. Contratação de colheitas também é usada para algodão e tabaco. Um estudo da Wageningen University sugeria que este tipo de contrato também seria particularmente adequado para a jatropa. Mas até agora a maioria dos investidores não mostrou interesse por estes tipos de ligação com as comunidades.

A Política Nacional de Terras de 1995, aprovada antes de ter sido escrita a Lei de Terras, diz explicitamente no Art 25 que, uma vez registada a terra (por ex. Através de delimitação), qualquer entidade de fora “será obrigada a negociar com a comunidade local”. Utiliza a palavra “negociar” em vez de “consultar”. E diz mais à frente: “Deste modo, por exemplo, a comunidade pode entrar como parceira no investimento, compartilhando os lucros e os benefícios do investimento.”

Até agora nenhuma comunidade chegou a tal acordo e não tem havido nenhuma partilha de lucros. Mas há cada vez mais argumentos de consultores e peritos internacionais dizendo que, mesmo com problemas e complicações locais, 10 a 50 US\$ por hectare e por ano podiam reverter para as comunidades sem desencorajar o investimento.

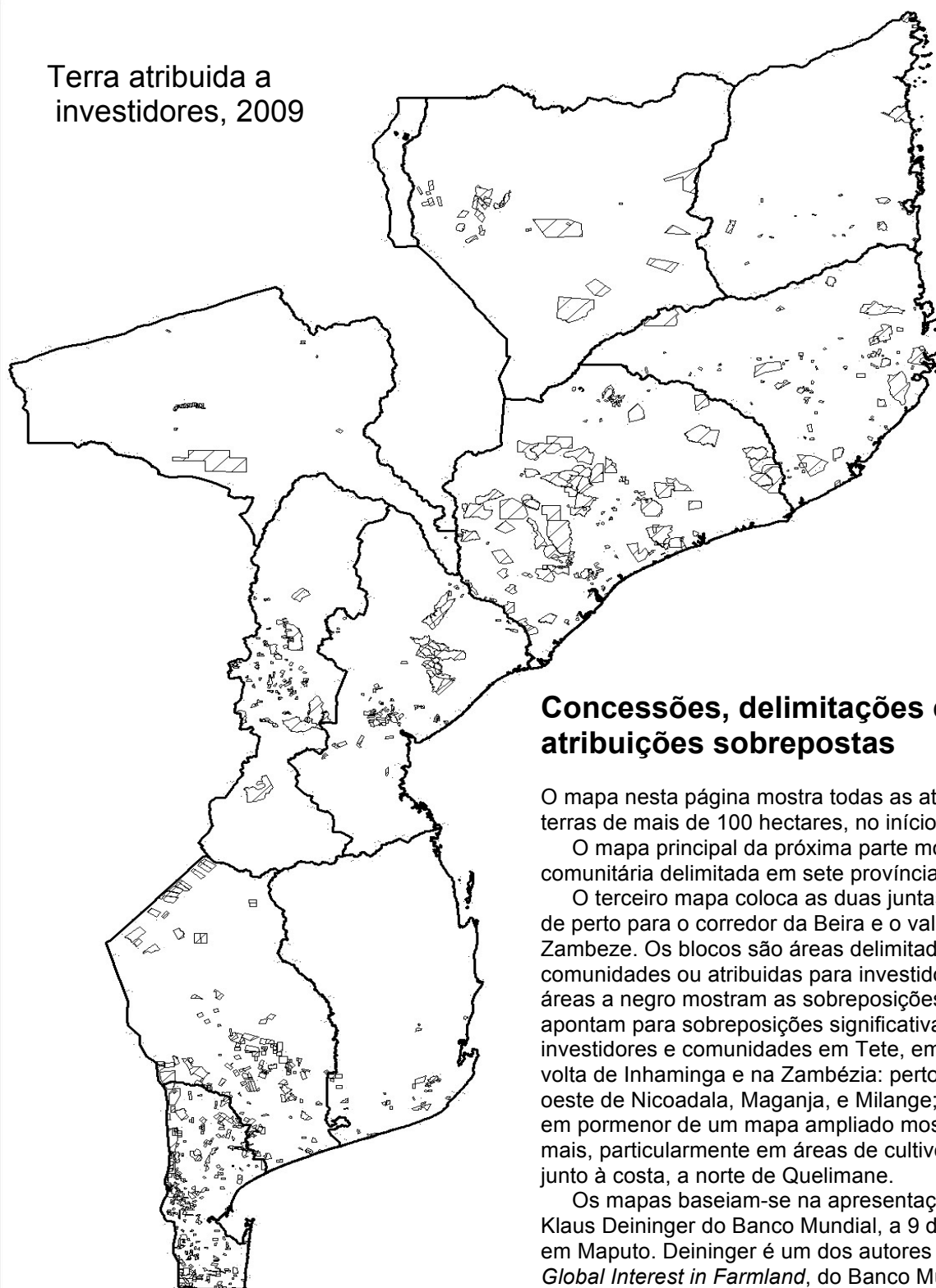
O relatório do Banco Mundial *Rising Global Interest in Farmland*, dá o México como exemplo. Ali o governo fez um registo rápido de terra comunitária, conhecida como *ejido*, e em pouco mais de uma década registou 100 milhões de hectares. Pede-se às comunidades que estabeleçam uma estrutura transparente para gerir a terra do *ejido*. O Banco defende que o registo da comunidade “encorajou investimento e forneceu uma base para parcerias com empreendedores de fora, actuando o governo como intermediário para dar informação aos investidores sobre oportunidades de acesso à terra. Até agora isto resultou em cerca de 3 000 contratos, muitas vezes com companhias grandes.”

Está fora de questão que as comunidades necessitariam de apoio substancial para entrar em negociações com investidores. A formação oferecida por ONGs nacionais e internacionais já elevou a capacidade de gestão e sentido comercial de muitas associações de camponeses. Mesmo as grandes companhias muitas vezes recorrem a consultores e peritos para lhes darem assistência em negociações, portanto não há razão para as comunidades não terem assessoria para conhecer o que é razoável esperar e o que devem exigir.

Com frequência as comunidades não pensam a longo prazo e pedem coisas de imediato como poços; a assistência externa pode ajudá-los a pensar em retirar do investimento lucros a longo prazo. Capacitar uma comunidade e ajudá-la a negociar leva tempo. Até agora os funcionários moçambicanos têm tido medo de que, se não responderem rapidamente, os investidores vão a outro lado. Mas com a carência de terras a nível global e o agravamento dos custos dos alimentos e combustíveis, Moçambique está em vantagem e pode permitir-se levar o tempo necessário para conseguir os melhores acordos.

Há também uma questão acerca de dar aos investidores tão grandes extensões de terra, que muitos deles não conseguem depois aproveitar. Faria mais sentido começar com 1000 hectares que com 10 000 hectares e se isto puder ser feito em cooperação com a comunidade, haverá grande apoio para a expansão da área.

Terra atribuída a investidores, 2009



### Concessões, delimitações e atribuições sobrepostas

O mapa nesta página mostra todas as atribuições de terras de mais de 100 hectares, no início de 2009.

O mapa principal da próxima parte mostra a terra comunitária delimitada em sete províncias.

O terceiro mapa coloca as duas juntas e observa de perto para o corredor da Beira e o vale do Rio Zambeze. Os blocos são áreas delimitadas para as comunidades ou atribuídas para investidores, e as áreas a negro mostram as sobreposições. As setas apontam para sobreposições significativas entre investidores e comunidades em Tete, em Sofala à volta de Inhaminga e na Zambézia: perto da EN1, a oeste de Nicoadala, Maganja, e Milange; uma visão em pormenor de um mapa ampliado mostra muitas mais, particularmente em áreas de cultivo de arroz junto à costa, a norte de Quelimane.

Os mapas baseiam-se na apresentação feita por Klaus Deininger do Banco Mundial, a 9 de Fevereiro em Maputo. Deininger é um dos autores do *Rising Global Interest in Farmland*, do Banco Mundial, relatório que está disponível em

[http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW\\_Sept7\\_final\\_final.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf)

O mapa sobre concessão de Moçambique sobreposta com terra comunitária - *Mozambique Concession Overlap with Community Claims*, na página 188, é colorido e pode ser ampliado para mostrar a terra comunitária, as concessões de investidores, e as sobreposições em mais pormenor.